



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **5 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, domingo, 15 de maio de 2011**

**AMAZONAS EM TEMPO**

Holandeses 'de olho' no polo naval do Amazonas ..... 1  
VEICULAÇÃO LOCAL

**O ESTADO DE SÃO PAULO**

Comércio exterior: um desafio permanente :: Fernando Pimentel ..... 2  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O ESTADO DE SÃO PAULO**

O novo rito das MPs..... 4  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL A CRÍTICA**

Lei de Informática volta a ser debatida na próxima semana ..... 6  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**PORTAL D24AM**

Reforma Tributária divide opiniões no Amazonas ..... 7  
VEICULAÇÃO NACIONAL

|                                                                                  |                                                                        |                         |                     |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------------|
|  | VEÍCULO<br><b>AMAZONAS EM TEMPO</b>                                    |                         | EDITORIA            |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Holandeses ‘de olho’ no polo naval do <u>Amazonas</u></b> |                         |                     |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                 | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>LOCAL |

**Um grupo formado por 15 holandeses está em Manaus prospectando negócios. O interesse do grupo é o polo naval do Amazonas. Antes daqui, a comitiva também visitou outros estados como o Rio de Janeiro e Pará.**

Os holandeses estiveram reunidos com representantes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para conhecer o modelo, já que pretendem se instalar na capital.

Um dos atrativos para que empresas desse porte venham investir no Estado, são os incentivos concedidos pelo é o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), disse o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval), Matheus Araújo.

“Esses benefícios sem dúvida têm grande importância na hora que essas empresas decidirem investir no Brasil, em especial no Amazonas”, salientou.

Entre as empresas holandesas que enviaram representantes a Manaus estão a Alewijnse Marine Systems, Altus Holland BV, Combimac BV, Hint Engineering Bv, Machine Support BV, ZF Marine Kripen, entre outras fabricantes de embarcações, equipamentos e espaços utilizados pelas indústrias navais. Juntas, essas indústrias respondem por mais da metade dos barcos produzidos na Europa.

Colaborou Richard Rodrigues

|                                                                                  |                                                                                |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                                               |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Comércio exterior: um desafio permanente :: Fernando PIMentel</b> |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                         | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Na comparação de janeiro a abril de 2010, com o mesmo período deste ano, observa-se que o déficit na balança de veículos passou de US\$ 789 milhões para US\$ 1,9 bilhão**

Na semana que passou, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) adotou medidas com relação às importações do chamado "grupo veículos", com a inclusão desses produtos no regime de licenciamento não automáticos. Ao suspender o caráter instantâneo da importação de automóveis, o objetivo é permitir um monitoramento apurado dessas operações, de modo a acompanhar sua evolução. Desta forma, o Ministério lança mão de um instrumento legítimo, previsto nas regras da Organização Mundial de Comércio (OMC), que permitirá uma avaliação mais precisa da dinâmica desse mercado.

De fato, se compararmos dados de janeiro a abril de 2010, com o mesmo período deste ano, observa-se um significativo aumento do déficit na balança de veículos automotivos, cujo saldo negativo passou de US\$ 789 milhões para US\$1,9 bilhão. Com um dos maiores parques automotivos instalados no mundo, o Brasil produz 3,5 milhões de unidades ao ano e é o quarto mercado consumidor de veículos (dados de 2010). Trata-se de uma indústria estratégica para a economia nacional devido à extensa e densa cadeia produtiva do setor.

Ressalte-se que a inclusão em regime de licenciamento não automático não implica que os produtos importados terão ingresso restrito no Brasil. Na verdade, a prática recente, no caso brasileiro, demonstra que o MDIC tem sido ágil na análise das licenças, com uma média de tempo de liberação inferior ao exigido nos acordos internacionais. Sendo assim, a medida certamente não comprometerá o comércio do Brasil com outros países. Somos um país de economia

aberta, dotado de sistemas avançados de tratamento administrativo e aduaneiro, que permitem que produtos de qualquer país do mundo acessem o mercado nacional.

Em relação à abrangência da medida, foram incluídas em licenciamento não automático as importações do "grupo veículos" provenientes de todo o mundo. Não procede, portanto, a interpretação desta medida como uma forma de retaliação do Brasil à Argentina. É inegável que o setor privado brasileiro vem enfrentando uma série de dificuldades para a exportação de produtos ao país vizinho.

Contudo, estes atritos são reflexos naturais de uma relação comercial volumosa e consolidada. Neste contexto, temos insistido em uma solução negociada para problemas que afetam importantes segmentos do setor produtivo, como é o caso, por exemplo, de calçados, alimentos, linha branca, máquinas agrícolas e colheitadeiras, entre outros.

Desde o início, temos deixado evidente o compromisso com o estímulo à competitividade da indústria nacional, com o esforço para diversificar as exportações brasileiras e ampliar mercados, com a defesa das nossas empresas contra práticas desleais e ilegais de comércio. Recentemente anunciamos a adoção preferencial da chamada "margem cheia" em medidas de defesa comercial - com a imposição do valor mais alto no cálculo do direito antidumping - e a inclusão imediata em licenciamento não automático dos produtos sob investigação.

Já nesta semana que se inicia, será aberto, pela primeira vez na história do País, um processo de investigação de triangulação, para apurar se, após aplicação de medida antidumping, houve tentativa de contornar a aplicação da penalidade.

As ações fazem parte dos compromissos assumidos pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior para a criação de um ambiente de negócios que favoreça a inovação, a competição leal e a produtividade. Como se vê, estamos fazendo todo esforço para defender o espaço conquistado pela indústria nacional. Não se trata em absoluto de um

retorno às práticas protecionistas ou mesmo da imposição de barreiras ao **comércio**. Estamos sim, exercendo o direito legítimo de **monitorar** o **comércio** exterior e garantir a justa competição no **mercado** nacional.

É MINISTRO DO **DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO** EXTERIOR

|                                                                                  |                                                        |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                       |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>O novo rito das MPs</b>                   |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

Aprovada por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a proposta de emenda constitucional que estabelece novo rito de tramitação das Medidas Provisórias (MPs) é um **importante** avanço institucional. De autoria do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o projeto tinha a oposição do governo e só conseguiu tramitar graças ao empenho do relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG). Depois de longas negociações com os líderes partidários, ele apresentou um substitutivo que desestimula o Executivo a baixá-las de modo indiscriminado.

Pelas regras em vigor, a MP que não for votada em 120 dias perde validade. Além disso, após 60 dias, ela tranca a pauta da Casa legislativa em que estiver tramitando, paralisando as atividades parlamentares. Desde a última legislatura, os senadores se queixam de que os deputados - a Câmara é por onde se inicia o trâmite - demoram muito tempo para votar, consumindo quase todo o prazo de tramitação da MP. Por isso, quando uma MP chega ao Senado, os senadores são obrigados a votá-la a toque de caixa, não havendo tempo hábil para discussões. Além disso, os senadores acusam os deputados de abusar da prerrogativa de apresentar "contrabandos" - como são conhecidas as emendas que introduzem matérias discrepantes dos temas originais.

Para resolver o problema, a PEC de autoria de Sarney dava 55 dias de prazo de tramitação da MP para cada uma das Casas legislativas. No caso de os senadores apresentarem emendas, a PEC previa a concessão de mais dez dias para o exame final dos deputados.

Pelo substitutivo de Aécio, a Câmara tem 50 dias para analisar uma MP, o Senado dispõe de 45 dias e, se aprovar emendas, o texto voltará para a Câmara, que terá mais 15 dias para apreciar as mudanças. Se não for votada no prazo da Câmara ou do Senado, a

MP perde validade. O substitutivo do senador mineiro também prevê trancamento de pauta nos últimos 10 dias antes da data de perda de validade da MP.

Além disso, o substitutivo introduz duas **importantes** inovações. A primeira impede a inclusão de matérias diferentes numa mesma MP - o que acaba com o expediente dos "contrabandos". A segunda inovação é a criação de uma comissão mista permanente - integrada por 12 deputados e 12 senadores - para analisar a admissibilidade da MP num prazo de dez dias. Se a comissão considerar que não há urgência e relevância, a MP será transformada em projeto de lei para tramitar em regime de urgência.

A figura jurídica da MP foi concebida pela Assembleia Constituinte para substituir os antigos decretos-leis do Executivo, que permitiam ao presidente da República legislar, passando por cima do Congresso. Para enquadrar o chefe do Executivo, mas sem deixá-lo sem instrumentos legais para lidar com as questões complexas e urgentes, a Constituinte conferiu ao presidente a prerrogativa de assinar MP nos casos de "relevância" e "urgência". A ideia dos constituintes era que as MPs ficassem circunscritas a matérias econômicas e financeiras. Contudo, os presidentes da República passaram a usar o instrumento de modo abusivo.

Para viabilizar a aprovação do substitutivo, Aécio cedeu à pressão governista e retirou do texto o dispositivo que previa que as MPs só entrariam em vigor se atendessem aos requisitos de "urgência" e "relevância". Segundo os líderes situacionistas, a proposta inicial do relator era muito drástica. Apesar dessa concessão, o texto aprovado inibe - ainda que não proíba - o chefe do Executivo de editar MPs sobre temas de menor relevância. Na negociação com os líderes governistas, Aécio também teve de desistir da ideia de proibir a edição de MPs para a criação ou transformação de cargos, empregos ou funções públicas,

para a criação de novos **Ministérios** e para fusão ou desmembramento de entidades públicas.

Mesmo assim, o saldo da negociação foi bastante positivo, do ponto de vista institucional. Com o acordo

firmado pelo relator com governistas e opositores, o substitutivo poderá ser votado em plenário já na próxima semana, em dois turnos, devendo em seguida ser enviado para a Câmara.

|                                                                                  |                             |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>PORTAL A CRÍTICA | EDITORIA               |
| TÍTULO<br><b>Lei de Informática volta a ser debatida na próxima semana</b>       |                             |                        |
| ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE     | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Tal como está redigida, essa Medida Provisória (MP) 517/2010 compromete os interesses das indústrias da ZFM. Pauderney Avelino está de olho nos efeitos perniciosos da MP 517**

**Manaus, 15 de Maio de 2011**

**Antonio Paulo**

**Pauderney Avelino está de olho na MP 517 (Raphael Alves )**

O modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) volta ao debate, na próxima semana, quando o plenário da Câmara dos Deputados deverá analisar e votar a Medida Provisória (MP) 517/2010 que, entre os diversos assuntos de interesse do Governo Federal, trata basicamente de matéria tributária e promove alterações na Lei de Informática (8.248/1991).

A bancada de deputados federais e senadores do Amazonas apresentou 26 emendas à mensagem da presidente Dilma Rousseff, mas, segundo o vice-líder do Democratas, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), as propostas dos parlamentares amazonenses, com relação ao setor de informática, não foram acatadas pelo relator da emenda João Carlos Bacelar (PR-BA).

“Eles não aceitaram as mudanças que propusemos. Venho denunciando há três meses os efeitos negativos que essa medida provisória vai causar ao setor de informática do Polo Industrial de Manaus. Alteram o prazo da lei de 1991, ampliam a isenção para outros produtos de informática além do modem e roteador.

Estou tentando, mas parece que fico falando sozinho”, reclamou Pauderney. O democrata apresentou 12 emendas à MP 517/2010, seguido do deputado Praciano (PT-AM) e da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com cinco emendas cada um. O senador Eduardo Braga (PMDB-AM), coordenador da bancada, propôs quatro alterações à medida provisória.

### **Competitividade**

O artigo 14 da MP 517 inclui modem e roteadores de programa de computador na lista dos bens e informática sujeitos à isenção fiscal. Reduz a zero as alíquotas da contribuição para PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo. O artigo 15 prorroga por dez anos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática desenvolvidos no Brasil. Dá 100% de redução do imposto devido, de 15 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014; redução de 90%, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015; e o IPI cai a 70% de 1º de Janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto. A lei vigente dá 80% de redução sobre os produtos de informática desenvolvidos no País.

As emendas da bancada do Amazonas pretendiam resgatar a competitividade da Zona Franca a partir do Decreto 288/67. Também pediam a redução dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), pois, somente o PIM é obrigado aplicar a alíquota de 5% do faturamento bruto nessa área, enquanto no resto do País a exigência é de 4%.



|                                                                                  |                                                                        |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>PORTAL D24AM                                                |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Reforma Tributária divide opiniões no <u>Amazonas</u></b> |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                 | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Parlamentares não acreditam que conjunto de propostas seja aprovado ainda neste ano no Congresso.**

**Manaus** - Depois da polêmica em torno da Reforma Política, o Senado começa a discutir a Reforma Tributária. Os parlamentares do **Amazonas** se dividem quanto à possibilidade do Senado votar todas as propostas ainda este ano, mas são unânimes na preocupação com os possíveis impactos na **Zona Franca de Manaus**.

O conjunto de projetos da Reforma Tributária visam, separadamente, acabar com a guerra fiscal entre os Estados, reduzir a folha de pagamentos, simplificar impostos e desonerar os setores **exportadores**, de bens de capital e coureiro-calçadista.

Para o deputado federal Francisco Praciano (PT), o governo vai dividir a votação da Reforma Tributária em várias etapas, devido à complexidade do assunto. Praciano afirmou que, agora no início do debate, é o momento adequado para a bancada de parlamentares do **Amazonas** se preparar para acompanhar cada passo da tramitação das propostas de mudanças. "Acho que uma das proposições da reforma pode até chegar a ser votada ainda em 2010, mas é difícil que todas sejam apreciadas, porque o tema é delicado demais".

O deputado federal Pauderney Avelino (DEM) disse que na última terça-feira participou de uma reunião com o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, na Comissão de Fazenda e Tributação na Câmara dos Deputados, onde foi anunciada a urgência do governo em aprovar as medidas da Reforma Tributária. "Estou convencido de que a votação vai começar no segundo semestre e já estou articulando nossa bancada não permitir que o **Amazonas** seja prejudicado", afirmou

O deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) apresentou um requerimento para realização de audiência pública sobre a reforma tributária na Assembleia Legislativa do Estado (ALE). A Casa vai convidar os três senadores e oito deputados federais para o debate, além do secretário de Fazenda do Estado, o secretário da Fazenda, Isper Abraham, e os 62 prefeitos do **Amazonas**. "Essa reforma vai alterar diretamente o repasse de verbas para os municípios, precisamos discutir medidas alternativas e trazer o tema para perto", afirmou.

Segundo o deputado José Ricardo (PT) na audiência pública os parlamentares vão discutir cada proposta da reforma e os impactos negativos e positivos que elas trazem ao Estado, para então definirem quais os pontos vão ser contestados ou defendidos. "Esta reforma é esperada desde o primeiro governo **Lula** e nos afeta diretamente porque, conforme algumas proposições que estão prevalecendo, o governo poderá cobrar o **ICMS** (Imposto Sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços) apenas no Estado de destino do produto, e no nosso caso, onde há **produção**, haveria queda na arrecadação".

#### **A proposta**

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), informou na última segunda-feira que até o início do segundo semestre o **Governo Federal** deve enviar ao Congresso o conjunto de projetos que darão início à reforma tributária. Ele defendeu que as propostas sejam enviadas ao Congresso o quanto antes para poderem ser votadas e entrarem em vigor em 2012.

Um dos pontos mais polêmicos do Projeto de Resolução do Senado (PRS 72/10), apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), propõe zerar o **ICMS** dos produtos não industrializados no País, ou que

tenham passado por processos que apenas alteraram sua apresentação. A medida beneficiaria diretamente a indústria automobilística, que importa até 70% dos componentes. Diante das críticas de que a propositura poderia causar desequilíbrio entre os Estados, Romero

Jucá admitiu reduzir o ICMS 'para um número mais palatável', segundo informou a assessoria de comunicação do Senado.